

## CHEFIA FEMININA: UMA ANÁLISE SOBRE A ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Elana Cavalcante Silveira  
Suzana de Fátima Marques Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa baseada em estudos bibliográficos e documentais realizados com mulheres chefes de família monoparental. Explicitamos criticamente os arranjos familiares atuais, voltando-se principalmente para a chefia familiar feminina. Seguimos a mesma linha de pensamento, a luz de vários autores de grande representatividade sobre o assunto em questão, focando num debate multifacetado acerca da relação entre a “pobreza” e a “questão de gênero”, tal fenômeno denominado de “feminização da pobreza”, apontando os aspectos relevantes sobre políticas públicas focadas especificamente para as mulheres pobres. A partir do objetivo principal da pesquisa, qual seja, conhecer e analisar o modelo de família monoparental chefiada por mulheres em situação de extrema pobreza.

**Palavras-chave:** Família. Monoparentalidade feminina. Feminização da pobreza.

### 1 INTRODUÇÃO

No contexto histórico, a família ideal faz parte dos padrões culturais, envolve valores, normas e práticas que são transmitidas de geração a geração e mantidas pelos membros que formam a sociedade. Na atualidade, existem novos grupos que modificam as concepções tradicionais de família, demonstrando que os novos arranjos familiares, põem em questão a hegemonia da *família nuclear*.

Na realidade brasileira, podemos observar que aos poucos a dinâmica dos arranjos familiares vem se modificando. O modelo tradicional no qual o homem

---

<sup>1</sup> Graduandas do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), orientadas pela Docente Zelma Madeira, em cumprimento de nota para a Cadeira de Serviço Social e Família.

representa o provedor familiar começou a mudar, e a mulher em alguns casos passou a ser a principal fonte de sustento da família.

Assim, podemos afirmar que não é possível falar de família, mas sim de *famílias*. O uso do plural se faz necessário para abarcar a diversidade dos arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira. Para isso, portanto, é preciso abandonar as pretensões de universalidade (LESER DE MELLO, 2007). As “novas” dimensões da família sinalizam as perspectivas de evolução desta instituição na sociedade.

Segundo Goldani (1994) entre as mudanças verifica-se uma perda de espaço no percentual de famílias compostas pelo casal e filhos e um aumento de famílias compostas por um dos membros e filhos ou de pessoas morando sozinhas (famílias monoparentais), juntamente com a queda da fecundidade e do tamanho dos módulos familiares.

Nessa reconfiguração acrescentamos que as famílias chefiadas por mulheres têm crescido nas últimas décadas. De acordo dados da Pesquisa Nacional por amostragem de domicílios (PNAD) realizada em 2005, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que nos últimos 10 (dez) anos a chefia feminina aumentou cerca de 35%, passando de 22,9% em 1995 para 30,6% em 2005.

Como constatado, ocorreu um crescimento no número de mulheres chefes de família, o que ocasionou um maior impacto no aumento da pobreza e da exclusão social. A condição de maternidade e a necessidade de adentrar no mercado de trabalho, é um dos componentes que ajudam a explicar a maior incidência de pobreza entre as mulheres que são chefes de família, pois elas acabam se sentindo responsáveis exclusivas por seus filhos e submetem-se à situações de sub-ocupações.

No contexto do que se denomina “feminização da pobreza”, algumas mulheres sofrem com o peso da raça, do sexo e da classe social na qual se encontram, onde o preconceito se entrelaça nas suas vidas e limita o desenvolvimento de suas capacidades. Sendo assim, as políticas públicas para mulheres pobres deveriam ser uma síntese de políticas públicas de combate à pobreza e políticas de gênero.

Logo, a proposta central deste artigo consiste em refletir sobre o surgimento das novas configurações familiares da sociedade, e em especial, as famílias chefiadas por mulheres. Tomando como ponto de partida as mudanças nas estruturas familiares, as lutas sociais pela igualdade entre homens e mulheres, a chefia familiar feminina e a feminização da pobreza.

## **2 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS**

A família, como muitos pensam, não é um fenômeno natural de caráter universal, não possui uma divisão natural de papéis dentro dela, nem a forma como se constitui o grupo conjugal, a unidade familiar e as relações de parentesco.

A relação familiar não mais estava sendo compreendida como uma realidade apenas social e moral, mas como um grupo de criação humana e em transformação. “Morgan, Engels e Bachofen passaram a considerá-la [a família] como uma instituição social histórica, cujas estruturas e funções são determinadas pelo grau de desenvolvimento da sociedade global” (BRUSCHINI, 1990, p. 34).

Sendo uma instituição que decorre da organização da sociedade. Não só a família se modifica conforme a estrutura social dada, como a cada momento encontram-se diversos ajustamentos de família dados por rede de parentesco, habitação, grupo conjugal e outras.

A família é também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa trama de emoções; ela não é a soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflitivas. A divisão interna de papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo (BRUSCHINI, 1993, p. 77).

A família brasileira hoje apresenta mudanças significativas tanto em sua composição, como em seu tamanho além das mudanças nos papéis sociais que normatizam as relações entre homens e mulheres. A análise sobre as novas configurações familiares deve estar contextualizada com os aspectos sociais, econômicos e políticos que afetam o grupo familiar.

Assim, o modelo de família nuclear, composta por pai, mãe e filhos coexistindo por meio de laços de aliança e consanguinidade e sob uma relação de hierarquia/subordinação, chefiada e sustentada pelo homem, defendido no Brasil pelas reformas sociais burguesas no início do século XX, ainda hoje é considerado, principalmente entre as famílias da classe média, um modelo “ideal” de arranjo familiar. Porém, a manutenção desses padrões estabelecidos de acordo com a hegemonia do modelo familiar burguês está sendo cada vez mais contrariada. O alvorecer de novos arranjos familiares e os questionamentos feitos por estudiosos e profissionais que trabalham nessa área tem dificultado a manutenção da hegemonia do modelo nuclear de família.

O advento da modernidade, a perda do sentido da tradição, as mudanças no mundo do trabalho e no mundo da mulher, fazem surgir novos modelos de família, tais como:

- famílias formadas por casais homossexuais, com ou sem crianças;
- famílias reconstituídas após o divórcio;
- famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais;
- famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações;
- famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe.

Dentre esses, destaca-se a “família monoparental”, que alcançou maior visibilidade como arranjo familiar a partir da década de 70. Segundo Lefaucher (*apud* VITALE, 2002, p. 47), a expressão “famílias monoparentais” foi utilizada na França, desde a metade dos anos setenta, para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, art. 226, reconhece esse novo arranjo familiar, caracterizando a família como: “[...] a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, bem como a união estável entre homens e mulheres”. Nesse sentido, não está a considerar somente os tipos de famílias reconhecidas no ordenamento jurídico brasileiro: casamento, união estável, família monoparental; e sim, a essência da família, considerando o fundamento principal que as originou: o aspecto emocional-afetivo.

Sobre isso, Hironaka (2001 se expressa:

[...] biológica ou não, oriunda do casamento ou não, matrilinear ou patrilinear, monogâmica ou poligâmica, monoparental ou poliparental, não importa. Nem importa o lugar que o indivíduo ocupe no âmago, se o de pai, se o de mãe, se o de filho; o que importa é pertencer ao seu âmago é estar naquele idealizado lugar onde é possível integrar sentimentos, esperanças, valores, e se sentir, por isso, a caminho da realização de seu projeto de felicidade pessoal (HIRONAKA, 2001, p. 72).

O crescimento exacerbado das famílias monoparentais nas últimas décadas está relacionado a diversos fatores, mas destacam-se: o aumento considerável de divórcios; a inserção feminina no mercado de trabalho; mudanças de comportamento e no modelo de família; emancipação social e cultural da mulher, entre outros.

Ressalte-se que no universo das mulheres que comandam seu domicílio, a maioria está em situação monoparental. As famílias comandadas por homens são em número maior que as comandadas por mulheres, entretanto, as famílias monoparentais masculinas são significativamente menores que as femininas. Segundo Carloto (2006), a chefia feminina nas famílias cresce em todo o mundo, representando a quarta parte de todas as famílias do mundo e no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2006, 30% dos lares são chefiados por mulheres independentes ou divorciadas, constituindo as famílias monoparentais com chefia feminina.

Nessas famílias monoparentais, o desempenho do papel de pai/mãe está centralizado em uma só pessoa, aumentando a sobrecarga no ato de educar, prover e

socializar, bem como no exercício de autoridade, na imposição de limites aos filhos, ou seja, em toda forma de suprir necessidades afetivas, sociais e materiais da família.

Assim, se de um lado, é atribuída às mulheres de hoje uma maior independência e a responsabilidade de assumir suas famílias; de outro, as famílias monoparentais femininas, que vivenciam complicações associadas a gênero, pobreza e etnia, são estigmatizadas como menos capazes e cuidar e administrar suas famílias sem a presença de um homem.

### **3 CHEFIA FAMILIAR FEMININA**

Para a historiadora Eni de Mesquita Samara (2002), desde o período colonial, especificamente no século XVII, “mulheres exerciam atividades econômicas fora do âmbito doméstico e as solteiras com prole natural chefiavam famílias”. Especialmente entre os séculos XIX e XX a chefia familiar feminina mostra-se como uma prática existente no Brasil. Segundo Claudia Fonseca (1995, p. 07), em certos lugares do Brasil, durante esse período, “a família chefiada por uma mulher, o suposto protótipo da família desagregada, chegava a ser tão comum quanto à família conjugal” afastando-se, assim, do modelo de família nuclear desejado no Brasil durante esse período.

Com a Revolução Industrial, exigiu-se um maior número de trabalhadores nas indústrias, sendo as mulheres e as crianças novas opções para suprir essa carência de mão-de-obra. Isso se tornou, também, outra forma de lucratividade, visto que as mulheres e as crianças recebiam salários insignificantes, caracterizando assim a precarização do seu trabalho. Dessa forma, a mulher passava a ser duplamente explorada, pois tinha dois compromissos – na família e no trabalho – sem nenhum reconhecimento financeiro.

A mulher entrou no mundo capitalista de produção em condições inferiores às do homem, pois foi chamada a participar justamente por ser mão-de-obra barata e

menos qualificada. Seu ingresso no mundo do trabalho não foi fruto exclusivo da luta em busca de crescimento ou independência, mas sim resposta às condições precárias em que se encontravam as famílias naquele período histórico. Apesar disso, a história mostra que a saída da mulher em direção ao trabalho foi um avanço.

Segundo Beauvoir (1970):

Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta. Desde que ela deixa de ser uma parasita, o sistema baseado em sua dependência desmorona; entre o universo e ela não há mais necessidade de um mediador masculino (BEAUVOIR, 1970, p. 449).

A inserção da mulher no mercado de trabalho gerou sua saída da esfera privada da casa, do lar, da família, para a vida pública, descaracterizando a família nuclear. Ao longo das gerações, outros fatores também contribuíram para as transformações da dinâmica familiar como o movimento feminista, que reivindicava igualdade entre os homens e as mulheres no que diz respeito aos direitos, às condições de trabalho e a diversos outros direitos que as mulheres não desfrutavam igualmente com os homens.

Finalmente, todo esse processo resultou em grandes movimentos femininos que passaram a questionar as relações de subordinação da mulher ao homem, ou seja, os padrões hierárquicos de poder. Além do debate, que perdura até hoje, acerca da particularidade da “questão social” na vida das mulheres, devido à histórica situação de dominação/exploração a que são submetidas. Visualizado tanto no âmbito público, quanto no privado, por meio de inúmeras expressões, entre elas, a pauperização, a pouca participação na política, economia e ciência, a divisão sexual do trabalho, o controle da sexualidade e o uso da violência.

Na contemporaneidade, nota-se, cada vez mais, uma divisão de trabalho no âmbito familiar, caracterizando uma espécie de ajuda mútua do casal ou dos membros familiares para a manutenção da sobrevivência de toda a família. Segundo explica Carvalho (1998):

O conceito de 'chefia família' tem sua origem nas sociedades antigas, em que geralmente era associado aos homens exercerem a chefia familiar, haja vista que para tal função o valor econômico do homem como provedor financeiro estabelecia a relação de co-dependência dos membros familiares, esposa, filhos e mães dando-lhe, neste sentido, o atributo de responsabilidade da família e sucessivamente o poder sobre os demais membros do domicílio (Carvalho, 1998, p. 52).

No entanto, atualmente, a chefia familiar não é mais uma exclusividade dos homens. As mulheres estão se tornando cada vez mais importantes na obtenção de recursos para o sustento da família, entretanto, não se deve deixar de considerar o fato de, ainda hoje, as mulheres serem geralmente detentoras de menos salários, inclusive nos mesmos cargos e funções ocupadas pelos homens.

Diante disso, surge a figura feminina como chefe de família e não apenas como uma mera colaboradora financeira do homem. Ela, como se observa em muitas famílias contemporâneas, torna-se a principal provedora familiar, apesar de serem ainda as que mais sofrem com desemprego, com a precarização do trabalho e com a redução dos níveis salariais.

Mas é percebido que o grande crescimento das famílias chefiadas por mulheres traz em seu bojo, tanto posições tradicionais quanto rupturas com as tradicionais concepções de gênero. Neste trabalho, partilha-se das contribuições de Mendes (2002) quando afirma que "as posturas consideradas mais tradicionais ou conservadoras não devem ser entendidas taxativamente como formas de aceitação, contradição ou submissão feminina. Elas podem ser vistas como estratégias pela qual as mulheres processam o caminho da mudança, ou seja, sem transformações radicais e rupturas" (MENDES, 2002, p. 9). É preciso enxergar na diversidade desses novos arranjos o potencial de autonomia dessas mulheres em assumir suas famílias, ocupar a esfera pública e encontrar alternativas para as suas necessidades.

Entretanto, o trabalho feminino na esfera pública, mesmo não sendo uma realidade recente entre as famílias pobres, na atualidade faz parte da vida das mulheres de todas as classes sociais, em especial das mulheres nos grupos populares urbanos, que por sua vez enfrentam uma sobrecarga de trabalho, já que não deixam de

cumprir o papel de “donas de casa”, responsáveis quase que exclusivamente pelas tarefas de cuidado do lar e da família, o que gera sobrecarga de trabalho e diminuição na sua qualidade de vida.

Toda essa dinâmica de vida dessas famílias geram uma série de dificuldades no cotidiano dessas mulheres, as quais enfrentam inúmeros desgastes físicos e emocionais, já que precisam conciliar as responsabilidades da vida pública com os afazeres domésticos. Em virtude disso, de forma mais geral, elas trabalham muito mais e vivem com pouca qualidade de vida, tendo em vista as inúmeras funções exercidas cotidianamente.

Scott (2002) caracteriza os principais problemas enfrentados por elas e os campos em que as políticas públicas podem estar atuando, direta ou indiretamente, para proporcionar qualidade de vida para as mulheres:

- Trabalho: essas mulheres em geral são provedoras principais da família, possuem uma renda baixa, o que diminui a renda *per capita* da família, devido as dificuldades de conciliar casa e trabalho;
- Educação: as mulheres utilizam creches, encontram dificuldades para acompanhar os estudos dos filhos e deixa-los na escola, não possuem tempo de se capacitarem para o mercado de trabalho e para continuar os estudos. Assim, a evasão escolar ocorre tanto da mãe, chefe de família, como dos filhos que a compõe;
- Saúde: habitam em locais insalubres, não conseguem medicamentos prescritos, optam por esterilização, convivem com os problemas do avanço da idade;
- Justiça: precisam de apoio jurídico para manter a guarda dos filhos, não recebem as pensões que tem direito, sofrem com discriminação por não possuírem companheira, algumas têm histórias de agressões físicas e psicológicas.

Segundo pesquisa feita por Sara Simas<sup>2</sup> (2009), com famílias dos grupos populares da cidade de Joinville, no norte de Santa Catarina, a importância da maternidade é afirmada a todo tempo pelas entrevistadas, para uma delas:

(...) ser chefe de família, é “ser tudo em casa”, é mais do que apenas prover financeiramente a família, é assumir o papel de provedor, historicamente ligado ao homem, e o papel de cuidadora, historicamente ligado à mulher, “ser chefe de família pra mim acho que é ser a mãe e pai ao mesmo tempo. E eu faço isso”.

Vale ressaltar que as famílias chefiadas por mulheres não necessariamente são monoparentais, as quais são formadas por apenas um genitor, no caso a mulher. Essa condição feminina de provedora da família pode perfeitamente existir em um grupo familiar constituído pelos dois genitores (homem e mulher).

Importante salientar que a questão de gênero é fundamental para entender as relações familiares, as relações conjugais e as demais relações entre homens e mulheres. Ela aborda homens e mulheres e a carga cultural, histórica e econômica que proporciona a explicação de fatores como a pobreza e suas implicações sociais.

Nesse sentido, as relações de gênero se fundem à pobreza para explicar a formação da feminização da pobreza, e seu entendimento perpassa pela inserção feminina no mercado de trabalho e das consequências e conflitos oriundos desse processo discriminatório, desigual e excludente.

#### **4 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA**

É importante ressaltar que nas sociedades modernas a definição da pobreza não é uma dimensão absoluta, mas a sua expressão conceitual se apresenta na

---

<sup>2</sup> Mestranda em História pela UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina.

comparação da distribuição da renda, geralmente vinculada com o aumento da riqueza. Desta forma “a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado” (PAUGAM, 2003, p.45). Existem elementos que são comuns à pobreza de homens e mulheres. No entanto, alguns aspectos atingem as mulheres de forma diferenciada, tais como a posição que ocupam nas relações sociais e na divisão sexual do trabalho.

Portanto, a questão da feminização da pobreza está “relacionada com o aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres bem como ao crescimento da taxa de participação das mulheres em setores de atividades” (PRÁ, 2004, p. 28). Essa questão ganha, nas análises contemporâneas, crescente relevância no âmbito do conceito de ‘feminização da pobreza’ precisamente com relação ao fenômeno recente do aumento das famílias chefiadas por mulheres, sejam esses domicílios chefiados por mulheres com ou sem companheiros.

Esse processo se tem construído num debate multifacetado acerca da relação entre a “pobreza” e a “questão de gênero”. Tal fenômeno passa a ser utilizado para justificar a formulação e execução de políticas públicas focadas especificamente para as mulheres pobres.

As mulheres de um modo geral e não só as chefes de família, constituem um universo especial. Ocupam-se de atividades domésticas não remuneradas indispensáveis para reprodução da força de trabalho. Estas ocupações resultam em limitação do tempo das mulheres para investir em formação profissional. Além disso, enfrentam uma forte discriminação no mercado de trabalho, fato que colabora para sua inserção nos trabalhos informais, de menor qualificação e com salários baixos. Tais aspectos reforçam o entendimento de que a pobreza atinge de maneira diferenciada homens e mulheres e que este último grupo encontra-se mais vulnerável a situações de pobreza (NOVELLINO, 1999).

Compartilhamos das reflexões de Silva (2007) quando esclarece que a chefia familiar feminina não pode ser considerada um indicador de maior pobreza das

mulheres, mas sim um fator de maior vulnerabilidade. Embora se constate uma maior incidência de chefia familiar feminina nos domicílios pobres, o fenômeno vem crescendo também nas camadas médias e altas. Lares chefiados por mulheres são muito heterogêneos e não podem receber a mesma categorização com relação à pobreza. No entanto, não se deve desconsiderar esta tendência nos estudos sobre pobreza e políticas sociais, pois este corte analítico pode colaborar para ressaltar a desigualdade de gênero e a pobreza diferenciada entre homens e mulheres.

A “feminização da pobreza” vem sendo compreendida a partir da ideia de “nova pobreza”, relacionada diretamente com a chefia feminina e a inserção das mulheres no mercado de trabalho; ou articulada com os efeitos específicos das políticas econômicas de corte neoliberal sobre a vida e o trabalho das mulheres. E, ainda há os estudos, que identificam grupos de mulheres mais vulneráveis ao empobrecimento, tais como as mulheres negras, as indígenas, as lésbicas, as mães solteiras, entre outros.

Todas essas abordagens tem como pressuposto comprovar ou refutar a “feminização da pobreza” para formular políticas sociais, ou focalizadas nas mulheres pobres ou universais para homens e mulheres pobres.

Políticas públicas são declarações de princípios subjacentes às ações governamentais. Elas podem se expressar como ações dos governos municipais, estaduais ou nacionais sob a forma de legislação, resoluções, programas, regulamentações, apropriações, e decisões administrativas e judiciárias. As políticas públicas devem enunciar soluções para questões públicas. Seu papel é o de prover pelo menos as necessidades mais básicas de sua população: saúde, trabalho, educação.

Políticas de gênero são políticas públicas sensíveis às questões de gênero. Elas têm como objetivo contribuir para o fortalecimento das mulheres. Portanto, o ponto central das políticas de gênero é fortalecer as mulheres, o que significa uma maior participação das mulheres nas esferas pública e privada, através de uma divisão igual nas tomadas de decisão econômicas, sociais, culturais e políticas.

Entretanto, as políticas públicas de apoio às famílias monoparentais costumam ser assistencialistas, através de programas restritos de ajuda alimentar e de renda mínima. Esses programas não buscam aprimorar as mulheres chefes dessas famílias para melhor qualificação profissional, como também aumentar o número de creches para que elas possam trabalhar seguras de que os filhos estão protegidos e bem cuidados.

Portanto, é necessário ressaltar que as famílias monoparentais com chefia feminina são de responsabilidade do Estado, através de políticas públicas que atuem diante das diversas expressões familiares existentes.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa que propiciou a elaboração deste artigo foi importante para a obtenção de maior conhecimento a respeito dos estudos de gênero e consequentemente da mulher, especialmente sobre o papel da mulher na condução da família monoparental, na qual a figura feminina é ponto central. Além de buscar refletir sobre o surgimento dos novos arranjos familiares no Brasil e em particular os aspectos relacionados à chefia familiar feminina.

Podemos perceber no decorrer da pesquisa como a vulnerabilidade das mulheres, expressada principalmente nas condições de escolaridade, ocupação, trabalho e renda, aumenta a partir de seus papéis de gênero na esfera doméstica, da ausência de uma retaguarda, de apoio dos companheiros e de políticas públicas de gênero insuficientes. No entanto, ao lado das dificuldades sociais e financeiras, os laços de afetividade e das relações familiares de respeito mútuo entre a mulher chefe de família e seus filhos, estão presentes cada vez mais nos vínculos familiares, assim, unindo e fortalecendo o ambiente familiar.

Da mesma forma, a busca de superação da falta da figura paterna dentro de casa é um aspecto mencionado pela maioria das mulheres como não prioritário e ao mesmo tempo incentivo para a auto-superação dos entraves financeiros (principalmente) causados pela não partilha das despesas familiares. Desse modo, o diálogo e as relações “transparentes” são mencionados como necessários para conduzir a formação da prole na família, e conseqüentemente, para a sociedade.

Logo, a mulher chefe de família monoparental, passa a enfrentar jornadas árduas de trabalho extra e intrafamiliar, já que trabalha fora durante todo o dia e depois volta a trabalhar dentro da própria casa, além da função de educar e cuidar dos filhos, papel já tradicionalmente atribuído à mulher e que no caso da família monoparental, põe-se como mais um dever entre todos os que ela realiza sozinha no seu papel de mulher chefe de família.

A bibliografia consultada mostra que apesar do reconhecimento de diferentes arranjos familiares, as práticas sociais acompanham lentamente estas mudanças, guardando permanências e rupturas com as concepções tradicionais de gênero. No caso das mulheres que sustentam economicamente seus lares, além da desigual divisão do trabalho doméstico não remunerado, observa-se a tendência das mesmas em atribuir a chefia do domicílio ao cônjuge do sexo masculino, muitas vezes isso influenciado por uma cultura tradicional e conservadora.

Por outro lado, pode-se perceber que o crescimento da chefia familiar feminina contribui para demonstrar o potencial dessas mulheres em assumir suas famílias e encontrar alternativas para as suas necessidades.

Finalmente, a pobreza não possui nada de ‘novo’, o que podem ser novas são as óticas e as características que assume nas diversas conjunturas e espaços, quando é considerada como uma decorrência “natural” do processo desigual de apropriação de riqueza. A perspectiva subliminar que conduz o presente estudo está vinculada com a preocupação de superação dessa condição social, não somente do viés feminino da pobreza, senão com a compreensão da necessidade da sua extirpação definitiva do seio da sociedade. Para tal, concebemos o estudo e sua análise como um primeiro

passo fundamental, para logo em seguida debater as possibilidades de transformação social.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (Org.). **Novos Olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero. Fundação Carlos Chagas, 1994.

CARLOTO, C. M. **Gênero, políticas públicas e centralidade na família**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 27, nº 86, p. 139-155, jul. 2006.

CARVALHO, L. **Famílias chefiadas por mulheres**: uma relevância política social dirigida. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 19, nº 57, p. 74-98, jul. 1998.

FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

GOLDANI, A. M, **As famílias brasileiras**: mudanças e perspectivas. Cadernos de Pesquisa, v.94, p. 7-22, nov. 1994. Apud: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família Redes, Laços e Políticas Públicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

HIRONAKA, G. M. F. N. **Família e casamento em evolução**. In: Revista Brasileira de Direito de Família – N.º 1 – Abr.Mai.Jun/99. Editora Síntese.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Síntese de indicadores sociais 2005**. Rio de Janeiro, 2006.

LESER DE MELLO, S. **Família**: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. do C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 7 edição, 2007.

MENDES, M. A.. **Mulheres Chefes de Família**: a complexidade e ambigüidade da questão. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Ouro Preto, 2002, v.1.

NOVELLINO, M. S. F. **Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para as mulheres.** Trabalho apresentando no XIII Encontro da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa, 1999. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_51.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf)> Acesso em 26 de novembro de 2012.

PAUGAM, S. **Desqualificação Social:** Ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003. 331p.

PRÁ, J. R. Pobreza, Gênero e Políticas Públicas. IN: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil.** Por um Brasil sem desigualdades. Relatório final, seminário internacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005, p.277-294.

SAMARA, E. M. **O que mudou na família brasileira?** Da colônia à atualidade. São Paulo, 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642002000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004)> Acesso em 20 de novembro de 2012.

SCOTT, R. P. **Mulheres chefes de família:** abordagem e temas para as políticas públicas. Ouro Preto, v. 5, nº 15, jan. 2002. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/scott\\_intro\\_mulher\\_chefe.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/scott_intro_mulher_chefe.pdf)> Acesso em 20 de novembro de 2012.

SILVA, M. F. **Chefia feminina domiciliar:** indicador de maior pobreza das mulheres? Revista Gênero – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Volume 7, nº 1. Editora UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2007.

VITALE, M. A. F. **Família monoparentais:** indagações. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 23, nº 71, p. 45-62, set. 2002.